

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.806.267 - RJ (2019/0088902-4)

RECORRENTE : FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO RIOPREVIDENCIA
PROCURADOR : DANIELLE TUFANI ALONSO - RJ095521
RECORRIDO : FATIMA TEREZA LONGO FLORINDO
ADVOGADO : CHRISTIANNE TERESSA DE MAGALHÃES - RJ141396
INTERES. : ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOPREVIDENCIA com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, Fátima Tereza Longo Florindo ajuizou ação ordinária com valor da causa atribuído em R\$ 24.900,00 (vinte e quatro mil e novecentos reais), em janeiro de 2009, tendo como objetivo o recebimento de pensão por morte e do pecúlio *post mortem*.

Após sentença que julgou parcialmente procedente, apenas para condenar o Réu ao pagamento do pecúlio *post mortem*, foi interposta apelação pela RIOPREVIDÊNCIA, que teve seu provimento negado pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, restando consignado que a Lei Estadual nº 5.109/07, que extinguiu o pecúlio *post mortem* só entrou em vigor após a morte do segurado.

O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA EM APELAÇÃO/ REEXAME NECESSÁRIO QUE DEU PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA AUTORA E NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO DA RÉ. BENEFÍCIO. PAGAMENTO DE PECÚLIO POST MORTEM. RECONHECIMENTO DO DIREITO À PENSÃO POR MORTE E DO PAGAMENTO DOS ATRASADOS, COM OBSERVÂNCIA DA EC 41/03. TAXA JUDICIÁRIA DEVIDA PELA AUTARQUIA. ENUNCIADO Nº 42 DO FUNDO ESPECIAL DESTES TRIBUNAL. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO DA AUTORA, MANTENDO-SE A SENTENÇA EM SEUS DEMAIS TERMOS, INCLUSIVE EM REEXAME NECESSÁRIO. RECURSO DA RÉ AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO. DECISÃO QUE SE MANTÉM. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

Os embargos de declaração interpostos foram providos parcialmente, apenas para isentar a autarquia do pagamento de taxa judiciária.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOPREVIDENCIA interpôs o presente recurso especial,

Superior Tribunal de Justiça

apontando violação ao art. 5º da Lei nº 9.717/98.

Sustenta, em síntese, que o art. 5º da Lei 9.717/98 impede, expressamente, o pagamento pelos sistemas previdenciários de cada entidade da Federação de benefício distinto daqueles pagos pelo INSS.

Não foram apresentadas contrarrazões.

Ouvido, o MPF opina pelo não conhecimento do recurso especial.

É o relatório. Decido.

Como a decisão recorrida foi publicada sob a égide da legislação processual civil anterior, observam-se em relação ao cabimento, processamento e pressupostos de admissibilidade dos recursos as regras do Código de Processo Civil de 1973, diante do fenômeno da ultratividade e do Enunciado Administrativo nº 2 do Superior Tribunal de Justiça.

No que concerne a suposta ofensa ao art. 5º da Lei nº 9.717/98, em razão da ilegalidade e inconstitucionalidade do pagamento do pecúlio *post mortem* por óbito ocorrido após a vigência de referida lei, verifica-se que o Tribunal de origem manteve o benefício por entender que a Lei Estadual nº 285/79, instituidora do pecúlio, somente teria sido revogada com a edição da Lei Estadual nº 5.109/07.

Assim, o Tribunal de origem dirimiu a controvérsia com base na interpretação de lei local, o que atrai, por analogia, o óbice previsto na Súmula nº 280/STF: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário."

Neste sentido:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO EM EMBARGOS. ART. 741 DO CPC/1973. REVISÃO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ANÁLISE DE LEI LOCAL. DESCABIMENTO. SÚMULA 280/STF. RECURSO DE QUE NÃO CONHECE.

1. No tocante à suposta violação do art. 741 do CPC/1973, rever o entendimento consignado pela Corte local de que a recorrida faz jus à cota-parte de 100% da pensão requer revolvimento do conjunto fático-probatório, visto que a instância a quo utilizou elementos contidos nos autos para alcançar tal entendimento.

2. Ademais, o exame da controvérsia, como enfrentado pelas instâncias ordinárias, exige a análise de dispositivos de legislação local (Lei Estadual 285/1979), insuscetível de ocorrer em Recurso Especial, conforme a Súmula 280/STF: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".

3. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1655049/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 27/04/2017)

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. PECÚLIO POST MORTEM. VIOLAÇÃO DO ART. 535, I E II, DO CPC. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. BASE DE CÁLCULO. INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF.

1. Não se conhece da alegada violação do art. 535, I e II, do CPC quando a Corte de origem emprega fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia, dispensando-se, portanto, qualquer integração à compreensão do quanto decidido.

2. A questão controvertida dos autos foi solucionada pelo Tribunal de origem com fundamento na interpretação da legislação local (Lei Estadual nº 285/79), logo a revisão do aresto, na via eleita, encontra óbice na Súmula 280 do STF.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 658.825/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/09/2015, DJe 28/09/2015)

Ademais, a análise da principal tese do recorrente - validade da lei Estadual n. 285/79 em face da Lei federal n. 9.717/98 - não pode ser enfrentada por esta Corte Superior, pois é matéria de competência do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, III, "d", da Constituição Federal.

Neste sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. LEI LOCAL, CONTESTADA EM FACE DA LEI FEDERAL. HIPÓTESE DE CABIMENTO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 102, III, D, DA CF/88. GARANTIA DO RECEBIMENTO DO PECÚLIO POST MORTEM, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DA LEI 285/79. EXAME DE LEGISLAÇÃO ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF, POR ANALOGIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. No caso dos autos, o recorrente aduziu negativa de vigência ao art. 5º da Lei 9.717/98, diante da impossibilidade de o Estado pagar pecúlio post mortem aos beneficiários de ex-servidor público, tendo em vista que as disposições da Lei Estadual 285/79, que previam o pagamento de pecúlio post mortem, pela entidade previdenciária do Estado do Rio de Janeiro, tiveram sua eficácia suspensa, com a edição da Lei 9.717/98, que regulamentou as mudanças inauguradas pela EC 20/98.

II. Por sua vez, o Tribunal de origem decidiu a controvérsia com fundamento na Lei Estadual 285/79, que agora é contestada, em face da Lei Federal 9.717/98.

III. No entanto, após a edição da Emenda Constitucional 45/2004, a competência para julgar as causas decididas, em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local, contestada, em face de lei federal, foi transferida para o STF, nos termos do art. 102, III, d, da CF/88.

IV. Ademais, o Tribunal a quo apreciou o tema à luz da sucessão de Leis estaduais - Lei Estadual 285/79 e Lei Estadual 5.109/07 -, para concluir que seria aplicável a legislação vigente à época do óbito do segurado, de modo a afastar a competência desta Corte para o deslinde do desiderato contido no Recurso Especial, pelo que incide, na espécie, a Súmula 280 do STF.

Superior Tribunal de Justiça

V. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1456225/RJ, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/09/2015, DJe 28/09/2015)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 22 de julho de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

